A PRIMEIRA INTERNACIONAL OPERÁRIA E A COMUNA DE PARIS

OSVALDO COGGIOLA

A Comuna de Paris foi, simultaneamente, produto de uma *crise internacional* (a luta pela hegemonia européia, que culminou na guerra franco-prussiana), de uma *crise nacional* (a deterioração política do Segundo Império e a crise do regime bonapartista) e, decisivamente, do desenvolvimento político e ideológico *socialista* do proletariado europeu nas décadas precedentes, que confluiu na organização da Internacional Operária (Associação Internacional dos Trabalhadores, ou AIT, fundada em Londres em 1864). É sob este último aspecto que analisaremos o evento decisivo de 1871, que teve repercussões de longo prazo para toda a política de Europa, e ainda além dela.

O termo *socialismo* inicialmente englobava todos aqueles que acreditavam na origem contratual de uma sociedade de homens livres e iguais. Contraposto a "individualismo", era freqüentemente utilizado como sinônimo de "cooperativismo". Segundo Arthur Rosenberg, "antes de 1848, em todos os países, a palavra socialismo tinha um sentido absolutamente inofensivo aos ouvidos do homem". A revolução proletária de junho daquele ano, na França, carregou a palavra de um novo conteúdo. A elaboração de diversos sistemas socialistas, por parte de intelectuais e até de membros das classes dominantes, refletiu de um lado o abalo que a inédita miséria social criada pela transformação capitalista provocou na consciência dos elementos mais lúcidos e honestos da sociedade. Segundo George Lichteim, "o que aconteceu no mundo ocidental, entre meados do século XVIII e meados do século XIX, foi único e carecia de antecedentes. Nunca antes acontecera a junção de um levante democrático com uma mudança técnica radical que alterava totalmente o ambiente do homem e seu modo de vida. A mudança decorrente nas instituições e nas atitudes mentais foi mais profunda do que qualquer outra que a humanidade tivesse experimentado desde a ruptura da sociedade tribal que possibilitou a vida urbana".

A consciência de classe independente dos trabalhadores ainda não existia em 1789, durante a Revolução Francesa. Na Inglaterra e na França ela passou a existir entre 1815 e 1848, por volta de 1830. A própria expressão "classe trabalhadora" apareceu nos escritos ingleses após 1815. Na Grã-Bretanha, as tentativas para unir todos os operários em "sindicatos gerais", isto é, em entidades que superassem o isolamento local e regional dos grupos particulares de trabalhadores, levando-lhes a uma solidariedade nacional e até universal da classe trabalhadora, começaram em 1818 e foram continuados entre 1829 e 1834. O complemento do "sindicato geral" era a greve geral, formulada como um conceito e uma tática sistemática da classe trabalhadora deste período. O conceito e a palavra "socialismo" surgiram na década de 1820,

sendo imediatamente adotados pelos trabalhadores, em pequena escala na França, e em escala bem maior pelos britânicos, que logo teriam Robert Owen como líder de um vasto movimento. Por volta do início da década de 1830 já existiam, portanto, a consciência de classe proletária e as aspirações sociais, mais fracas ainda do que a consciência de classe que seus patrões já possuíam.

Em meados do século XIX, já era visível a expressão da situação da nova classe trabalhadora no "movimento trabalhista", sendo sua ideologia "a comunidade cooperativa"; o movimento democrático, por sua vez, era a expressão prática do povo, proletário ou não, a quem a Revolução Francesa tinha colocado no palco da história como ator e não como simples vítima. Eles queriam respeito, reconhecimento e igualdade. Sabiam que podiam obter tudo isso, pois já o tinham feito em 1793-1794. Nem todos estes cidadãos eram trabalhadores, mas todos os trabalhadores conscientes pertenciam a esse movimento; a consciência "jacobina" e a proletária se complementavam. Já nas décadas de 1830 e 1840, os operários protagonizavam lutas revolucionárias contra o capital, destacando-se a insurreição dos trabalhadores têxteis de Lyon, em 1844. Durante uma das primeiras greves modernas, a dos operários da cidade inglesa de Manchester, em 1832, os trabalhadores de Lyon (França) em seu jornal *O Eco das Fábricas*, faziam um chamado à solidariedade com seus irmãos de classe do "país inimigo". A histórica bandeira do internacionalismo proletário ("Proletários do Mundo, Uni-vos", lançada no *Manifesto Comunista* de 1848) foi a expressão de uma tendência já existente na classe operária internacional, quando ainda os Estados Nacionais se encontravam em formação, e o capitalismo lutava para conquistar o mundo.

O capitalismo e os próprios Estados Nacionais nasceram no quadro da economia mundial. Bem antes de se estruturarem os principais Estados modernos, o comércio internacional já tinha um desenvolvimento bastante grande. Esse comércio foi um dos fatores que deu impulso à Revolução Inglesa do século XVII, e às outras revoluções burguesas. O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram já obrigados a ter uma política externa e a se aliarem uns contra os outros, em função de seus interesses comerciais contraditórios, e em relação à autodeterminação das nações atrasadas. O movimento operário não poderia se limitar ao quadro nacional, na medida em que a força desses Estados Nacionais dependia das relações internacionais que estabeleciam no mundo inteiro. O movimento operário, portanto, apenas poderia triunfar na arena internacional. Daí também se concluía que o socialismo só seria realizável no plano internacional. A socialização dos meios de produção significaria a abolição das fronteiras nacionais.

Durante uma década o *cartismo* inglês constituiu o principal movimento operário de massas da história contemporânea. Suas reivindicações políticas eram democráticas; seu conteúdo, revolucionário. Em 1842, no auge do movimento cartista, foi feita a petição que exigia o sufrágio universal e a resolução dos problemas econômicos, ou seja, da miséria social. Apesar dos três milhões de assinaturas que a acompanhavam, a petição foi recusada pelo Parlamento. Em 1848, organizou-se nova manifestação de apoio à petição, com cinco milhões de assinaturas. Londres foi ocupada pelo exército, que impediu a manifestação. A partir desse ano, o movimento cartista entrou em decadência. Mas o cartismo foi finalmente derrotado só ao preço de uma violenta repressão, assim como também o foram, em 1844, os *canuts* (tecelões) de Lyon, e os da Silésia, na atual Alemanha.

Nas condições criadas pela expansão do mercado capitalista, setores de trabalhadores começaram a tentar contorná-lo, escapando ao destino cruel reservado à classe operária. Vinte e oito tecelões entraram para a história como os "Pioneiros de Rochdale", iniciando o movimento que se conheceria depois como *cooperativismo*, lançado em 1844 com a constituição da primeira cooperativa de

consumo. Rapidamente, o cooperativismo estendeu-se na Europa continental, criando uma tendência que seria uma das bases do ulterior reformismo socialdemocrata. As cooperativas eram compostas por grupos de operários que tratavam de romper o monopólio dos produtores e provedores, obtendo assim produtos mais baratos e não adulterados. Esse "utopismo cooperativista" foi substituído por um objetivo mais limitado, quando os Pioneiros de Rochdale abriram uma mercearia sobre a base de repartir entre seus membros um dividendo proporcional à soma de suas compras. Os Pioneiros fizeram progressos constantes, seus métodos suscitaram grande interesse e foram amplamente adotados, ou seja, uma parte das energias da classe operária saiu da luta de classes para dirigir-se a um terreno mais limitado. Ernest Jones e outros militantes cartistas criticaram freqüente e severamente a evolução das cooperativas. Vinte anos depois do seu início, havia 454 cooperativas na Inglaterra, a maioria no norte, com centenas de membros. Em 1863 foi criada a *Cooperative Wholesale Society* (Sociedade Cooperativa no Atacado), generalizando a atividade para todo o país. Os operários viravam administradores.

Mas foram as revoluções européias de 1848, e seu fracasso ulterior, o palco histórico do movimento operário moderno, e de suas bases teóricas e programáticas. As bases fundamentais da teoria marxista foram postas conjuntamente por Marx e Engels no período imediatamente anterior e posterior às revoluções de 1848. O período de ruptura com o grupo filosófico dos "jovens hegelianos", com Feuerbach e com o "comunismo filosófico" de Moses Hess, e de entroncamento com as organizações do proletariado revolucionário, foi culminado com o *Manifesto Comunista*, publicado em 1848,[i] onde era colocado o objetivo da "elevação do proletariado à classe dominante", simultaneamente ponto de ruptura com o socialismo filosófico e filantrópico anterior (o "socialismo utópico") e ponto de partida para uma nova organização política da classe operária, doravante chamada *Liga dos Comunistas*, em substituição à "Federação dos Justos".

No *Manifesto*, Marx e Engels definiam a origem e o papel que correspondia ao proletariado moderno na dinâmica histórica aberta pela vitória do capital sobre as formas de produção precedentes: "*À medida que cresce a burguesia, quer dizer, o Capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que não vivem senão na condição de encontrarem trabalho e que só o encontram se o seu trabalho aumentar o capital. Estes operários, obrigados a vender-se dia a dia, são uma mercadoria, um artigo de comércio como qualquer outro, sujeito, portanto, a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.*

O emprego crescente das máquinas e a divisão do trabalho, fazendo perder ao trabalho do proletário todo o caráter de autonomia, fizeram, consequentemente, que ele perdesse todo o atrativo para o operário. Este se converte num simples apêndice da máquina e só se lhe exige as remunerações mais simples, mais monótonas e de mais fácil aprendizagem. Portanto, o que custa o operário reduz-se pouco mais ou menos ao custo dos meios de subsistência indispensáveis para viver e perpetuar a sua descendência. Mas o preço do trabalho,10 como o de toda a mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Por conseguinte quanto mais fastidioso é o trabalho, mais baixos são os salários. Mais ainda, quanto mais se desenvolvem a maquinaria e a divisão do trabalho, mais aumenta a quantidade de trabalho, quer mediante o prolongamento da jornada de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num tempo determinado, pela aceleração das cadências das máquinas, etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre-artesão patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, comprimidos na fábrica, estão organizados de forma militar. Soldados rasos da industria, estão colocados sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e sargentos. Eles não são apenas os escravos da classe burguesa, do Estado burguês, como ainda diariamente, a todas as horas, os escravos da máquina, do contramestre, e sobretudo do próprio burguês fabricante. E este despotismo é tanto mais mesquinho,

odioso e exasperante, quanto maior é a fraqueza com que proclama que tem como único fim o lucro.
Quanto menos habilidade e força requer o trabalho manual, quer dizer, quanto maior é o desenvolvimento da industria moderna, maior é a produção em que o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. No que respeita à classe operária, as diferenças de idade e sexo perdem toda a significação social. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo custo varia segundo a idade e o sexo. Uma vez que o operário sofreu a exploração do fabricante e que lhe foi pago o seu salário, converte-se em vitima doutros membros da burguesia: o proprietário, o retalhista, o prestamista, etc.
Pequenos industriais, pequenos comerciantes e rendeiros, artesãos e camponeses, todo o escalão inferior das classes médias de outrora, caem nas fileiras do proletariado; uns porque os seus pequenos capitais não lhes permitem empregar os processos da grande industria e sucumbem na sua concorrência com os grandes capitalistas; outros; porque a sua habilidade técnica se vê depreciada pelos novos métodos de produção. De modo que o proletariado se recruta entre todas as camadas da população".

Depois da derrota da revolução de 1848, o balanço de Marx e Engels, exposto em trabalhos como *As Lutas de Classes na França 1848-1850* e *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, encontrou sua melhor expressão sintética e política na *Circular à Liga dos Comunistas* de 1850. Na *Circular*, balanço da principal experiência revolucionária vivida por Marx e Engels, a revolução européia de 1848, Marx chamava a desconfiar dos "democratas pequeno-burgueses" que, numa futura (e próxima) revolução, quereriam detê-la no estágio em que seus estreitos interesses de classe fossem satisfeitos, propondo a fórmula de "revolução em permanência" (ou "permanente", fórmula também contida n'*A Luta de Classes na França*): em carta a Engels, Marx caracterizou a *Circular* como um "plano de guerra contra a democracia" (entendendo por "democracia" uma corrente política, com sua correspondente base de classe, pequeno-burguesa).[ii]

Mais de quatro décadas mais tarde, Engels afirmaria que o erro da *Circular* fora de ritmo (a suposta iminência de uma revolução européia) devido a que o capitalismo continha ainda importantes possibilidades de um amplo desenvolvimento das forças produtivas, mas não de método. A impossibilidade, já a essa altura, de uma revolução burguesa, o caráter proletário de 1848, fora reafirmado por Engels no seu prefácio de 1893 à edição italiana do *Manifesto Comunista*: "Por toda parte a revolução de então foi obra da classe operária; foi esta que levantou as barricadas e que pagou com a vida. Mas só os operários de Paris tinham a intenção bem definida, derrubando o governo, de derrubar o regime da burguesia. Mas, embora profundamente conscientes do antagonismo fatal que existia entre a sua própria classe e a burguesia, nem o progresso econômico do país nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas, contudo, tinham atingido ainda o grau que teria tornado possível uma reconstrução social. Em última análise, portanto, os frutos da revolução foram colhidos pela classe capitalista. Nos outros países, na Itália, na Alemanha, na Áustria, os operários, desde o princípio, não fizeram mais do que levar a burguesia ao poder".

Nos primeiros anos da década de 1860, já repostas as energias de classe dissipadas após as derrotas de 1848, a ascensão das lutas operárias e nacionais na Europa fez com que lideranças sindicais e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse as forças e militantes que estavam a favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas.[iii] O resultado disso foi a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em Londres, no St. Martin Hall, no ano de 1864. Naquele ano, um pouco antes da fundação da Internacional, em julho, morrera Ferdinand Lassalle,[iv] o líder dos socialistas alemães, fundador da primeira organização política de trabalhadores na Alemanha (a *Allgemeinen Deutschen Arbeitervereins*).

Após a morte de Lassalle, este primeiro "partido socialista" continuou a reivindicar sua memória e defender seus princípios.[v] Seus sucessores na presidência do partido, Bernhard Becker (entre 1864 e 1867) e Johann Baptist von Schweitzer (entre 1867 e 1871), conseguiram expandir a organização (que em 1864 possuía 4.600 membros, espalhados em 50 agrupamentos; em 1875 o número de membros chegou a 15.322) através do trabalho de divulgação e propaganda, no qual o jornal *Sozialdemokrat* teve um importante papel. Diante do personalismo difundido na Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, Marx e Engels passaram a dirigir-lhe diversas críticas e a alertar para o "caminho falso" trilhado pela organização lassalleana. Esta, para Marx, "era, simplesmente, uma organização sectária - e, como tal, hostil à organização do verdadeiro movimento operário que a Internacional tem por objetivo criar". O seu apego à política realista (*Realpolitik*) culminaria na acomodação à situação existente, em que, nas palavras de Marx, "o movimento operário na Prússia (e, em conseqüência, no resto da Alemanha), só existem por uma concessão da polícia. Querem, por isso, tomar as coisas como são e evitar provocar o governo".

As divergências teóricas e práticas entre o grupo marxista e o lassalleano conduziram à fundação da Associação Internacional de Trabalhadores, ou Primeira Internacional. A Internacional seria um prolongamento da Liga dos Comunistas, cujo objetivo principal residia no estabelecimento de "um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países". A Liga fora extinta em 1852, dois anos após a cisão interna e expulsão da fração ultra-esquerdista de Willich e Schapper, que defendiam a transformação da Liga em uma "sociedade de conspiradores", contra a oposição de Marx e Engels.

Diferentemente da associação de Lassalle, a Associação Internacional (AIT) pregava que a emancipação da classe operária, e a abolição de todo regime de classes, seria obtida através da luta dos próprios trabalhadores. O *Manifesto Inaugural* da AIT, redigido por Marx, afirmava: "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os operários das diversas profissões em cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas que interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriosos, fazendo nascer novas esperanças, dá uma solene advertência de não o cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados...".

O movimento político era visto como o meio para se atingir a solidariedade entre os trabalhadores de várias profissões e dos diversos países, e a "emancipação econômica da classe operária". As divergências internas presentes na AIT não eram consideradas uma ameaça à sua constituição. Ao contrário, a intenção de seus fundadores era criar uma organização democrática aberta a todos os trabalhadores, das mais diversas tendências. Esta iniciativa tinha como objetivo fazer avançar a unidade das "multiformes divisões do trabalho". Embora a Internacional desestimulasse as práticas conspirativas e sectárias de grupos operários, colocava como principal meta prepará-los para constituírem uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, assumindo o papel de

instrumento de impulsão das lutas dos trabalhadores.

Neste sentido, a AIT não seria a "planta de estufa de uma seita ou de uma teoria" ou "obra de um punhado de políticos hábeis", mas uma organização que visava, a partir de um amplo e permanente debate entre uma pluralidade de tendências, delimitar um campo de ação comum, ou, nas palavras de Marx, "fundir em um só grande exército toda a classe operária combativa da Europa e da América". No Congresso de Bruxelas (1868) a aliança entre marxistas e proudhonianos de esquerda, como Eugene Varlin, futuro herói da Comuna de Paris, permitiu a adoção de um programa coletivista (comunista), que propunha a propriedade comum dos meios de produção.

O termo «socialdemocracia» foi cunhado na época do nascimiento do movimento político operário na Europa. Originalmente, o termo expressava o esforço dos democratas para obter reformas políticas e sociais. Nesse sentido já se falava na França de *démocratie sociale* na década de 1840. Durante a revolução de 1848-49, a expressão se estendeu à Alemanha. Os democratas do sul-oeste de Alemanha que se agruparam ao redor de Gustav von Struve e Friedrich Hecker se chamaram de «socialdemocratas» já em março de 1848. Durante a revolução alemã, o movimento operário reivindicou a expressão para sua própria organização. Marx e Engels questionaram em março de 1850 o uso do adjetivo «socialdemocrata» pelos «pequeno burgueses republicanos», preenchendo-o de um conteúdo proletário-revolucionario. Nas décadas de 1850 e 1860, o termo «socialdemocrata» representou, para a burocracia reacionária do Estado prussiano, a quintessência das tendências subversivas. Johann Baptist von Schweitzer tornou a reivindicar o termo para o movimento operário, dando ao jornal que fundou em 1874 o nome de *Der Social Demokrat* e impulsionando a criação de um «partido socialdemocrata».

Em fins de 1868, o revolucionário russo Mikhail Bakunin, depois considerado o "pai do anarquismo", ingressou na Internacional com o objetivo de criar, no seio da organização, e sob sua própria direção, outra organização, chamada de "Aliança da Democracia Socialista". Bakunin pretendia que esta organização particular representasse a "propaganda científica" da Internacional, embora ele próprio não possuísse nenhuma formação teórica. Seu programa era um colchão de retalhos mal alinhavados: "igualdade entre classes (!), abolição do direito de herança como ponto de partida do movimento social (tolice saint-simoneana), o ateísmo como dogma obrigatório para os membros da Internacional, etc, - e, na qualidade de dogma principal, a abstenção (proudhoniana) face ao movimento político"; assim se referiram Marx e Engels ao programa bakuninista.[vi]

A corrente de Bakunin defendia a insurreição de todo o povo, pela livre organização das massas trabalhadoras "de baixo para cima". A realização do "socialismo anti-autoritário", proposto pelos anarquistas, exigiria a prévia e completa ruptura com todas as formas de política burguesa. Na crítica dirigida por Bakunin ao "marxismo" (foram os anarquistas os que, de modo polêmico, criaram o depois célebre termo), predominante na Internacional, aquele atribuía sua concepção de revolução e a idéia de *ditadura do proletariado* a uma característica do temperamento do povo alemão, marcado pela "docilidade hereditária" e também pela "sede de domínio".

Em 1870 eclodiu a guerra franco-prussiana, que culminou, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã, e com a explosão da Comuna de Paris, que durou de março a maio de 1871, e foi "o primeiro governo operário" (ou ditadura do proletariado) da história, nas palavras de Marx. A Comuna foi o ponto alto e também de virada do movimento organizado do proletariado na Europa, que vinha tomando forma mais definida desde 1848. Foi um teste decisivo para a Associação Internacional dos

Trabalhadores, que teve papel de destaque desde os primeiros momentos da Comuna. A 4 de setembro de 1870, quando o Império caiu e foi proclamada a República, a seção parisiense da AIT realizou uma reunião com a Câmara Federal das Sociedades Operárias, que não decidiu pela derrubada imediata do governo republicano burguês, mas definiu a luta por uma série de reivindicações, entre elas a abolição imediata da polícia imperial, a supressão da chefatura governamental de polícia em Paris, a organização da polícia municipal, a revogação de todas as leis contra a imprensa e contra os direitos de reunião e de associação, o armamento imediato dos trabalhadores e o alistamento em massa para fazer frente à ofensiva da Prússia. Para garantir a luta e vigiar o governo, propunham a formação do "Comitê Central Republicano de Defesa Nacional das Vinte Regiões de Paris", que passou a existir lado a lado com o governo burguês de Trochu: a AIT, portanto, impulsionou o estabelecimento de uma dualidade de poderes, que foi o prelúdio da Comuna.

Depois da recusa da população parisiense de entregar ao exército os canhões situados em Montmartre, a 18 de março de 1871, o governo revolucionário foi formado por uma federação de representantes de bairro (a Guarda Nacional, uma milícia formada por cidadãos comuns). Sua primeira proclamação foi a "abolição do sistema da escravidão do salário de uma vez por todas". O governo oficial fugiu, junto com suas tropas leais, e Paris ficou "sem autoridade". O Comitê Central da federação dos bairros ocupou este lugar de autoridade, e se instalou no prédio da prefeitura. O comitê era formado por "blanquistas", membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, "proudhonianos" e indivíduos não-afiliados politicamente, a maioria trabalhadores braçais, escritores e artistas. Estava proclamada a Comuna.

Eleições foram realizadas, mas obedecendo à democracia direta em todos os níveis da administração pública. A polícia foi abolida e substituída pela guarda nacional. A educação foi secularizada, a previdência social foi instituída, uma comissão de inquérito sobre o governo anterior foi formada, e se decidiu por trabalhar no sentido da abolição da escravidão do salário. Noventa representantes foram eleitos, mas apenas 25 eram trabalhadores. Em semanas, a Comuna de Paris introduziu mais reformas do que todos os governos franceses nos dois séculos anteriores:

1. O trabalho noturno foi extinto;
2. Oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas;
3. Residências vazias foram desapropriadas e reocupadas;
4. Em cada residência oficial foi instalado um comitê para organizar a ocupação de moradias;
5. Todos os descontos nos salários foram abolidos;
6. A jornada de trabalho foi reduzida, e chegou-se a propor a jornada de oito horas;
7. Os sindicatos foram legalizados;
8. Instituiu-se a igualdade entre os sexos;
9. Projetou-se a gestão operária das fábricas (sem, no entanto, implantá-la);
10. O monopólio da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos;
11. Testamentos, adoções e a contratação de advogados se tornaram gratuitos;
12. O casamento se tornou gratuito e simplificado;
13. A pena de morte foi abolida;
14. O cargo de juiz se tornou eletivo;
15. O calendário revolucionário foi novamente adotado;
16. O Estado e a Igreja foram separados; a Igreja deixou de ser subvencionada pelo Estado e os espólios sem herdeiros passaram a ser confiscados pelo Estado;
17. A educação se tornou gratuita, secular, e compulsória. Escolas noturnas foram criadas e todas as escolas passaram a ser de sexo misto;

18. Imagens santas foram derretidas e sociedades de discussão foram criadas nas igrejas;
19. A Igreja de Brea, erguida em memória de um dos homens envolvidos na repressão da Revolução de 1848 foi demolida. O confessionário de Luís XVI e a coluna Vendôme também;
20. A bandeira vermelha foi adotada como símbolo da Unidade Federal da Humanidade.

As iniciativas dos membros da Internacional continuaram a marcar os passos seguintes da revolução, mas na eleição interna da Comuna eles ficaram em minoria. Os membros das seções parisienses da Internacional que fizeram parte, de saída, da Comuna, eram: Assi, Avrial, Beslay, Chalain, Clémence, Lefrançais, Malon, Pindy, Theisz, Vaillant, Amouroux e Géresme. A estes se somariam outros eleitos no decorrer da Comuna, como Serrailler, delegado de Marx e eleito a 16 de abril. A maioria na Comuna coube aos adeptos de Auguste Blanqui,[vii] revolucionário que passou a maior parte de sua vida na prisão. Os blanquistas, que não faziam parte da AIT, foram desde o início maioria no Comitê Central da Guarda Nacional, e buscaram desde o início derrubar o governo burguês de Trochu e, depois, de Thiers. Por duas vezes antes de 18 de março de 1871, em outubro de 1870 e janeiro de 1871, organizaram insurreições que tinham como objetivo explícito a instauração da Comuna, porém foram mal-sucedidos. Os blanquistas cultivavam uma teoria ultra-conspirativa e "vanguardista" da revolução, julgavam o proletariado incapaz de desenvolver, sob o domínio do capital, a consciência de classe necessária, e por isso julgavam que a revolução seria conduzida no início pela ditadura de um pequeno grupo de revolucionários dedicados, nos moldes dos jacobinos da Revolução Francesa de final do século XVIII.

Mantendo uma organização clandestina e coesa de militantes disciplinados e dedicados, os blanquistas puderam fazer um amplo trabalho de divulgação revolucionária no proletariado, mesmo sob as repressivas condições do regime de Napoleão III, e forjaram um conjunto de lutadores que se conheciam mutuamente e eram reconhecidos pelos demais operários por sua honestidade e abnegação. Esse conjunto pôde, quando a situação revolucionária se estabeleceu, tomar decisões rápidas e decisivas, e mais ou menos afinadas com o estado de ânimo do conjunto da classe. A ligação concreta e viva com a vida da classe acabou suprindo as debilidades de sua ideologia. O mesmo se pode dizer dos seguidores das idéias de Proudhon, que eram maioria entre os membros da AIT, e que cultivavam as idéias econômicas mutualistas de seu mestre, uma espécie de socialismo de pequenos produtores de mercadorias, mas que acabaram impulsionando na prática as medidas na Comuna que apontavam para uma economia coletivista gerida por associações proletárias. Por seu lado, outro setor da AIT, aquele mais próximo das posições de Marx e Engels, foi sem dúvida o que melhor apreendeu o significado geral da experiência da Comuna, o que mais claramente percebeu suas características únicas, bem como suas debilidades, e registrou tudo isso através da pena de Marx, em sua mensagem ao Conselho Geral da AIT, *A Guerra Civil na França*, escrita no calor da revolução, e publicada em junho de 1871.

O primeiro erro da Comuna, "decisivo", segundo Marx, aconteceu no seu próprio dia inicial, em 18 de março, quando o governo de Thiers evacuou Paris. O Comitê Central deveria, sem demora, ter ordenado à Guarda Nacional a marchar sobre Versalhes, "então inteiramente indefesa". Também o Comitê Central deixou o exército regular abandonar Paris; certamente, suas tropas haviam confraternizado com a população parisiense e sua causa, mas seriam posteriormente retomadas em mãos pela oficialidade e utilizadas contra Paris. Porque a Comuna não perseguiu Thiers? Luquet opina que foi principalmente pela crença na possibilidade de chegar a um acordo com Thiers. De tal maneira que "o decreto de morte da Comuna

foi pronunciado no próprio dia de sua vitória, pelo Comitê Central".

O Comitê Central da Guarda Nacional, contrariamente a sua declaração de 29 de março, não abdicou, na prática, de sua vontade de dirigir militarmente o movimento. Desempenhou um papel desorganizador, já que "concorria" com a Comuna. A Comuna assegurou o funcionamento da máquina administrativa parisiense, abandonada por muitos funcionários, sobretudo pelas chefias. Os Correios, os trens, a gráfica nacional, a receita, as escolas etc. continuaram a funcionar. E conseguiu manter a Guarda Nacional com os soldos em dia e equipada. No terreno simbólico, substituiu a bandeira tricolor pela bandeira vermelha e queimou a guilhotina.

No terreno político se comportou como um governo de fato, controlando o executivo e o legislativo. Em 29 de março suprimiu o alistamento militar. Extinguiu o exército profissional permanente, substituindo-o pelo povo armado. Aboliu o orçamento dos cultos e decretou a separação entre a Igreja e o Estado. Reconheceu os direitos políticos dos estrangeiros, inclusive alguns foram eleitos para a própria Comuna. Criou o "ensino gratuito, laico e obrigatório". Uma Comissão foi instituída para transformar o ensino privado em ensino laico e para organizar e desenvolver o ensino profissional. A falta de tempo impediu que seus planos fossem levados a cabo, mas mesmo assim a Comuna conseguiu abrir duas escolas profissionais: uma para moços e uma para moças. Em decreto de 2 de abril, fixou em seis mil francos anuais o teto do ordenado dos funcionários e membros do governo, igualando-o com o salário do operário. Também proibiu a acumulação de cargos. Proibiu o trabalho noturno nas padarias em decreto de 20 de abril. Proibiu, tanto nas empresas particulares como na administração pública, as multas e deduções sobre o salário dos trabalhadores. Suprimiu o pagamento de aluguéis para o período de outubro de 1870 a abril de 1871.

A Comuna obrigou à Caixa de Penhores à restituição gratuita de certos objetos (roupas, móveis, livros) e dos instrumentos de trabalho penhorados (entre 12 e 25 de maio, foram restituídos 41.928 itens, no valor total de 323.407,80 francos). Em 16 de abril, um decreto obrigou a reabertura e funcionamento das firmas e fábricas abandonadas pelos seus donos. Estudou-se a forma de viabilizar sua entrega aos trabalhadores organizados em cooperativas. Mas a Comuna de Paris não podia ser mais do que uma primeira tentativa. Iniciada ao término de uma guerra, espremida entre dois exércitos prontos a dar as mãos para esmagá-la, não se atreveu a enveredar pelo caminho da revolução econômica. Não iniciou um processo de expropriação do capital ou de organização do trabalho. Não soube ao menos avaliar os recursos da cidade. Também não conseguiu romper com a tradição de um governo representativo, nem procurou realizar, dentro da Comuna, o mesmo tipo de organização que fora instaurada pela proclamação da independência da cidade e a livre associação das federações.

Outra crítica à Comuna refere-se a ela ter recuado diante da medida de apossar-se do Banco Central da França, em vez de limitar-se a tomar emprestado do mesmo, enquanto o governo de Thiers continuou usando-o tranqüilamente. Também se censurou a Comuna por ter descuidado do apoio às lutas operárias da província e, particularmente, às Comunas que surgiram em algumas grandes cidades do interior ("para levantar a França, foi alocado no máximo cem mil francos", queixou-se Prosper-Olivier Lissagaray, um dos combatentes da Comuna, depois historiador da mesma; e também quase-genro de Karl Marx); a Comuna não conseguiu compreender o papel eminentemente impulsionador e centralizador que poderiam desempenhar diretivas suas: ela poderia tentar promover uma coalizão dos diversos movimentos municipais contra o governo de Versalhes; nem mesmo percebeu o que representaria a busca de atividades e movimentos de solidariedade à sua luta: a possibilidade de

abertura de novos focos de luta; no mínimo, a possibilidade de esclarecer, desfazer as mentiras de Versalhes, inclusive e, sobretudo, junto ao campesinato (então a grande maioria da população da França).

Também foi apontado o descuido da Comuna para com o movimento operário internacional: havia uma comissão encarregada de manter as relações com o "exterior", mas esta esqueceu quase totalmente o resto do mundo. Por toda a Europa, a classe operária bebia avidamente as novas de Paris, combatia com a grande cidade, multiplicava os comícios, as passeatas, os apelos. Seus jornais lutavam corajosamente contra as calúnias da imprensa burguesa. O dever da comissão para o exterior era de alimentar estes auxiliares (ela não fez quase nada). Alguns jornais estrangeiros endividaram-se até a falência para defender esta mesma Comuna de Paris que deixava seus defensores perecerem, por falta de apoio. Desde o primeiro instante, as velhas classes possuidoras, reagrupadas em Versalhes (com Thiers e a Assembléia Nacional) organizaram-se para esmagar a Comuna, obtendo inclusive da Prússia a libertação de centenas de milhares de soldados presos na guerra.

Os *communards*, no entanto, não organizaram o ataque a Versalhes logo depois de 18 de março. Nesse meio tempo, Versalhes não ficara inativa. Trouxe para a região parisiense tropas oriundas do interior. O armistício autorizava a França a manter apenas quarenta mil soldados na região parisiense, Thiers negociou, com os alemães, a autorização para ali concentrar mais tropas, com o fim de restabelecer a ordem. Bismarck foi muito compreensivo: o acordo de 28 de março autorizou oitenta mil homens. Após outras negociações, Versalhes obteve a autorização de concentrar 170 mil homens, dos quais cerca de cem mil eram prisioneiros franceses libertados pelos alemães para este fim específico.

O fim dramático da Comuna se precipitou: em 19 de abril a Comuna votou, quase por unanimidade, uma *Declaração ao Povo Francês*, que apresentava seu programa e sua proposta de Constituição Comunalista que, segundo Marx, teria "começado a regeneração da França". Em 21 de abril, houve uma reestruturação das Comissões, que passaram a ser encabeçadas por um delegado, os nove delegados constituindo a Comissão Executiva. Como isto não bastava para fortalecer e agilizar a ação da Comuna, foi criado um Comitê de Salvação Pública, de cinco membros, "responsável apenas diante da Comuna" (proposta que encontrou a oposição de uma importante minoria, entre os quais os membros da AIT). A partir de 26 de abril, os federados começaram a perder posições.

Em 9 de maio, o Comitê de Salvação Pública sofreu uma renovação, na esperança de melhorar sua ação efetiva. Por sua vez, no dia 10, o governo de Thiers assinou a paz com a Alemanha em Frankfurt. No dia 20, os versalheses entraram em Paris: um traidor lhes abriu uma porta; 130 mil homens começam a penetrar na cidade. O alerta foi dado; iniciativas de resistência foram tomadas. No dia 22, o Comitê de Salvação Pública lançou um apelo geral às armas. Os bairros populares encheram-se de barricadas. Praticava-se a guerra de ruas; para dificultar o avanço do adversário, incendiavam-se os edifícios na hora de abandoná-los. Os versalheses foram obrigados a conquistar a cidade quarteirão por quarteirão.

Em 24 de maio, a Comuna abandonou o Hôtel-de-Ville, para instalar-se na Prefeitura da 11ª região administrativa. No dia 25, aconteceu a última reunião da Comuna. No dia seguinte, resistia apenas um bolsão no bairro Saint-Antoine e arredores. Às 13 horas de 28 de maio caiu a última barricada dos revolucionários. Quatro mil *communards* morreram na batalha; mais 20 mil seriam executados sumariamente nos dias que se seguiram; 10 mil conseguiram fugir para o exílio; mais de 40 mil foram presos, destes, 91 condenados à morte, quatro mil à deportação e cinco mil a penas diversas: a batalha de Paris produziu 20.000 vitimas; 26.000 *communards* foram capturados entre 21 e 28 de maio; mais de 3.500 nas lutas contra Versalhes, em abril;

5.000 foram presos em junho-julho. Um total, entre presos e fugitivos e mortos, de cerca de 100 mil habitantes parisienses, mais de 5% da população da cidade. Entre os 38.578 presos julgados em janeiro de 1875, 36.909 eram homens, 1.054 mulheres, e 615 crianças com menos de 16 anos. Só 1.090 foram liberados depois dos interrogatórios.

Lênin, nas suas conclusões acerca da derrota da Comuna, assinalou que "para que uma revolução social possa ser vitoriosa, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era sobretudo um pais de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes, etc). Mas o que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa". Não está demais assinalar que a Comuna de Paris teve repercussões até em regiões longínquas, tais como Portugal, Brasil, Argentina e México

A AIT já era teatro de disputas internas desde antes de 1870, opondo fundamentalmente Bakunin e Marx. Estas redobraram de intensidade depois da derrota da Comuna, com manobras de bastidores envolvendo todas as partes. A AIT, que protagonizara episódios grandiosos em 1870 e 1871, não sobreviveu à derrota dos proletários de Paris.

A influência da Internacional na Comuna foi mais potencial que real, e por isso tanto mais temida. Um dos chefes militares da Comuna, um oficial francês que nada tinha de "internacionalista" ou de "comunista", mas que entendeu ser seu dever combater junto à Comuna "francesa" contra as orquestrações dos "prussianos" e dos "traidores", disse claramente aos que o julgavam pelo seu "crime": "Vocês estão vendo, legisladores imbecis, que é preciso abrir a sociedade para a horda que a sitia: sem isso, essa horda far-se-á uma sociedade fora da vossa. Se as nações não abrem suas portas à classe operária, a classe operária se precipitará em direção da Internacional". E acrescentava: "Não tenho nenhum preconceito em favor dos *communards*: ainda assim, em que pesem todas as vergonhas da Comuna, reivindico ter combatido junto a esses vencidos do que junto aos vencedores... Se devesse recomeçar, talvez não serviria à Comuna, mas com certeza não iria servir a Versalhes."

Marx respondeu a uma entrevista, realizada pelo jornal *Woodhull & Claflin's Weekly*, dos EUA, a respeito da participação da Internacional na Comuna, entrevista feita de modo bastante agressivo: "Gostaria que me provasse que houve complô e que tudo que aconteceu não foi o resultado normal das circunstâncias do momento. A supor que tivesse havido complô, peço para ver as provas de uma participação da AIT", foi a resposta de Marx. Mas o jornalista insistiu: "A presença de tantos membros da Associação na Comuna". Ao que Marx respondeu: "Poderia muito bem ter sido também um complô de maçons, pois a sua participação, enquanto indivíduos, não foi desprezível... O levantamento de Paris foi realizado pelos operários parisienses. Os mais capazes dentre eles deviam necessariamente ser também os chefes e os responsáveis do movimento. Ora, acontece que os operários mais capazes são ao mesmo tempo membros da AIT. E, todavia, a Associação enquanto tal não tomou em que quer que seja decisão alguma sobre a sua ação."

A Comuna não teve, para o desenvolvimento posterior do movimento proletário francês e europeu, os efeitos que eram de se esperar. Os blanquistas, a grande maioria presos ou exilados, acabaram aderindo à AIT nos seus derradeiros anos de existência, mas não superaram suas idéias, contrariadas pela Comuna, e desapareceram enquanto corrente do movimento nos anos seguintes. Entre os anarquistas, a Comuna teve a conseqüência de enfraquecer as primitivas concepções proudhonistas e reforçar as tendências revolucionárias. A França pós-Comuna foi o berço das correntes que se tornaram predominantes no anarquismo europeu nas

décadas seguintes: o anarco-sindicalismo e o terrorismo individual, em cujo corpo de idéias as lições da revolução parisiense tinham pouco espaço. Em 1871, portanto, quando caíram os últimos *communards* atingidos pelas balas da reação francesa, encerrou-se um capítulo da história do movimento operário e socialista mundial. Uma cortina de violência desceu sobre o cenário político europeu. Liberais e conservadores, republicanos e monarquistas se uniram numa nova santa aliança contra o proletariado revolucionário e sua representante maior, a Internacional.

Mas o fator decisivo da dissolução da Internacional foram suas complicações políticas internas (que refletiam, claro, seu isolamento externo). Segundo o estudo de Miklós Molnar sobre a I Internacional, Engels padeceu de um otimismo que permite supor que não havia previsto as conseqüências da predisposição dos operários em favor do anarquismo, em especial na Espanha e na Itália. O Conselho Geral da AIT havia sido criado em 1864, e estava composto por ingleses e emigrados residentes em Londres. Não possuía laços vivos com as seções nacionais. A correspondência não substituía o confronto permanente de opiniões e informações. Os correspondentes do Conselho Geral na Alemanha eram Liebknecht, Bebel, Kugelmann e Bracke, os «expertos» alemães no Conselho Geral eram nada menos que Marx e Engels.

Na verdade, a Internacional andava no vazio. Nascida do "movimento real", não lhe restava, em 1872, um ano depois da derrota da Comuna, nenhuma base sólida no continente europeu. O programa adotado na Conferência de Londres privou o Conselho Geral do apóio dos federalistas e dos coletivistas, bases do futuro anarquismo, sem lhe trazer o sustento ativo dos socialdemocratas. Estes aprovaram o programa do Conselho, mas não se interessavam pela Internacional; os primeiros, ao contrário, ficavam fiéis à Associação Internacional, mas reprovavam seu programa político. Durante oito anos (1864 – 1872), os interesses internacionais da classe operária triunfaram sobre a diversidade de tendências reunidas ao redor da bandeira da Internacional. Mas, mudadas as condições históricas e políticas, os elementos que garantiam a coesão se debilitaram. A diversidade venceu à unidade. A distância entre as tendências era demasiadamente grande para permitir que o Conselho Geral pudesse seguir uma política conforme as aspirações e o grau de desenvolvimento de cada uma delas. O Conselho teve que escolher entre elas, aceitando assim o perigo de provocar seu próprio fim.

A proclamação formal da nação alemã, que mudou totalmente a política européia, deu-se com a derrota da França na guerra franco-prussiana: as peculiaridades da unificação alemã marcariam decisivamente o destino da Europa (até o século XX) e, em decorrência, a configuração do movimento operário no continente. No prefácio de 1874 à *A Guerra dos Camponeses na Alemanha*, Engels afirmava que "a desgraça da burguesia alemã consiste em que, seguindo o costume favorito alemão, chegou demasiado tarde. Desse modo à Prússia correspondeu o peculiar destino de culminar no final deste século, e na forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa que se iniciou em 1808-1813 e que deu um passo à frente em 1848. E se tudo caminha bem, se o mundo permanece quieto e tranqüilo e nós chegarmos à velhice, tal vez em 1900 vejamos que o governo prussiano acabou realmente com todas as instituições feudais e que a Prússia alcançou por fim a situação em que se encontrava a França em 1792".

Engels constatava que, em 1848, como no começo do século XVI, com Lutero, a Alemanha só conseguiu se igualar à Europa, e até mesmo se colocar em sua dianteira, no plano do espírito, do pensamento religioso e filosófico. Engels via que o processo de modernização da Prússia iniciava-se, em 1808-1813, como resposta às invasões napoleônicas, aprofundando-se, a partir de 1848, como resposta à revolução desse mesmo ano, culminando na unificação em 1870. E, nos

três momentos, a transformação se fez sempre "por cima", pelas mãos do Estado, não da revolução. Marx e Engels elaboraram a teoria da revolução proletária num período "intermediário", ou seja, num momento em que o desenvolvimento das forças produtivas e o grau de radicalização da oposição das classes burguesa e proletária não mais permitiam a revolução burguesa, e ainda não possibilitavam a revolução proletária. Marx e Engels tinham plena consciência dessa situação, e explicaram dessa forma a razão do conservadorismo da burguesia alemã em 1848, que procurou se associar à nobreza feudal para se proteger da ameaça proletária de uma revolução nacional burguesa.

Engels, depois de apresentar um resumo da revolução de 1848, de mostrar que, nela, apesar de ter sido uma revolução burguesa fracassada, "a burguesia tinha obtido uma parte -modesta é certa- do poder político, mas cada êxito político era explorado na perspectiva de um desenvolvimento industrial"; depois, portanto, de mostrar como a Alemanha ingressara, apesar de tudo, no caminho da transformação capitalista, ao entrar no problema da unificação do país, exigido por esse mesmo desenvolvimento capitalista, perguntava-se: "Mas como unir as forças de toda a nação? Três vias se apresentavam após o malogro das tentativas de 1848 - que embora muitas vezes nebulosas contribuíram não obstante para dissipar algumas nuvens". Depois de tecer considerações sobre as duas primeiras vias, "a abertamente revolucionária" (como a unificação italiana, que Engels, equivocadamente, considera como tendo "enveredado por esse caminho") e "a unificação sob a égide da Áustria", detém-se sobre a terceira, "a unificação sob a égide da Prússia". Com esta última, a que efetivamente se verificou, descemos, afirmava Engels, "do domínio da especulação para o terreno mais sólido, embora bastante sórdido, da política realista que foi praticado".

Ao examinar o processo real histórico dessa unificação, Engels afirmou que "Bismarck realizou a vontade da burguesia alemã... contra a vontade desta. Os burgueses alemães continuavam a mover-se na sua famosa contradição: por um lado, reivindicavam o poder político para si sós. Por outro lado, reclamavam uma transformação revolucionária das estruturas da Alemanha - o que só era possível com o recurso à violência, logo com uma verdadeira ditadura. Ora, desde 1848, a burguesia, em todos os momentos decisivos, deu sempre a prova de que não possuía nem sombra da energia necessária para realizar uma dessas tarefas, quanto mais as duas! Nas condições alemãs de 1871, um Bismarck estava efetivamente votado a conduzir uma política de tergiversação entre as diversas classes. A única coisa que importava era saber que objetivo prosseguia a sua política. Se, qualquer que fosse o seu ritmo, ela se dirigisse, conscientemente e resolutamente, para o reinado final da burguesia, estaria em harmonia com a evolução histórica - até ao ponto, evidentemente, que esta fosse compatível com a existência de classes possuidoras. Se a sua política se propunha a conservação do velho Estado prussiano e a prussificação gradual da Alemanha, era reacionária e acabaria por fracassar". Basta apenas mencionar o rumo seguido pela Alemanha até a sua derrota na Primeira Guerra Mundial, para notar como a história deu, neste ponto, razão a Engels.

Mas, no desenvolvimento político consecutivo à derrota da Comuna de Paris, e dada a situação existente na França e na Inglaterra (ausência de independência política do movimento proletário, depois da derrota do *cartismo* em 1848), só Alemanha poderia servir de base e de centro para o movimento operário internacionalista: Marx seria o primeiro a admitir essa situação. A política do Conselho Geral da AIT se modelou, a partir de 1871, tendo como base o partido socialdemocrata alemão: foi uma transformação radical, de acordo com o modo de organização e o programa político da socialdemocracia alemã, reputada para ser o centro de atração européia e a força motriz da

Internacional renovada. Na fundação da Internacional Socialista, a II Internacional, a socialdemocracia alemã seria considerada, e admitida, como "partido – guia".

Em 1872, reuniu-se em Haia o último congresso da I Internacional em solo europeu. Por proposta de Karl Marx, o Conselho Geral da AIT foi transferido para os Estados Unidos. Ele queria com isto protegê-lo dos ataques da reação, e também da ação desagregadora dos anarquistas, que ameaçavam tomar por assalto a direção da organização. Os anarquistas, considerando-se os verdadeiros seguidores dos fundadores da Internacional, reagiram imediatamente, celebrando em Zurique uma reunião, e se deslocando imediatamente a Saint Imier, na Suíça, onde aconteceu, por iniciativa dos italianos, um congresso que decidiu a continuidade da AIT, que seria depois conhecida como a Internacional anti-autoritária. Havia quatro delegados espanhóis, seis italianos e dois franceses, dois pela Federação Jurassiana e um pelos Estados Unidos. Um total de quinze delegados que decidiu por unanimidade não reconhecer o congresso de Haia, e deliberou resoluções sobre o «pacto de amizade, solidariedade e defesa mútua entre as federações livres», «a natureza da ação política do proletariado», a «organização da resistência do trabalho».

Os anarquistas fixaram sua condição "anti-política e anti-autoritária" afirmando: «1°, Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado; 2°, Que toda organização de um poder político pretensamente provisório e revolucionário, para trazer essa destruição, não pode ser mais que um engano, e seria tão perigoso para o proletariado como todos os governos que existem hoje; 3°, Que, rejeitando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária». Os marxistas chamaram os bakuninistas de "cisionistas". Estes finalmente celebraram seu Congresso em Genebra, em 1873, organizado pela Seção de Propaganda Socialista e Revolucionária de Genebra, com a presença de 26 delegados. Os estatutos da AIT foram modificados de acordo com os princípios defendidos pelos bakuninistas.

A Internacional "de Haia" (ou "marxista") ainda viveu debilmente mais alguns anos, até que, em 1876, diante dos reveses sofridos pelo movimento operário e socialista, o Congresso de Filadélfia decidiu pela sua dissolução.[viii] Em Filadélfia, em julho de 1876, se acordou «suspender por tempo indeterminado a Associação Internacional dos Trabalhadores». Previamente, Marx e Engels já a tinham condenado. Em carta de Engels a Sorge, com motivo da demissão deste do cargo de Secretário da Internacional, se diz: «Com sua demissão, a velha Internacional fica definitivamente ferida de morte e chega ao seu fim. Isso é bom. Pertencia ao período do Segundo Império... ».

Na Inglaterra, berço inicial da Internacional, as *trade unions* evoluíram para os sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho tinham diminuído, o poder de compra do salário tinha crescido, mas ainda a situação nos bairros operários continuava precária. Paralelamente à movimentação operária, a burguesia industrial foi impondo suas reivindicações econômicas contra a velha aristocracia, na forma do liberalismo econômico. Os industriais passaram a pleitear a liberdade de comércio e o fim do protecionismo alfandegário existente sobre os produtos agrícolas, argumentando que a livre importação de cereais a preços mais baixos que os produzidos na Inglaterra seria um dos meios de se acabar com a miséria dos trabalhadores.

Os grandes proprietários de terra se opunham a isso, afirmando que nada disso valeria para o operário, pois com os alimentos mais baratos, os industriais acabariam por reduzir os seus salários. Foram finalmente derrotados pela burguesia industrial. As *trade unions*, por sua vez, só seriam plenamente reconhecidas, como sindicatos da classe operária, em 1871. No plano dos direitos políticos, as conquistas

foram mais lentas: foi só com a reforma eleitoral de Disraeli (1867) e com a reforma parlamentar de Gladstone (1884), que a maioria dos operários ingleses (urbanos e rurais) obteve o direito de sufrágio. Na França, o sufrágio universal foi instaurado depois da derrota da Comuna, na Terceira República: a plena vigência da "democracia representativa" exigiu, como condição prévia, o esmagamento físico da classe operária. Essa vigência, porém, alteraria por um longo período (até o final da Primeira Guerra Mundial) o terreno em que se livraria a luta política da classe operária e dos partidos socialistas. A "velha toupeira", no entanto, continuou seu trabalho subterrâneo e, no final da "Grande Guerra", foram o exemplo e as lições da Comuna que inspiraram os bolcheviques russos a encabeçar e dirigir o novo "assalto ao céu".

Bibliografia Básica:

A. L. Morton e G. Tate. **Historia del Movimiento Obrero Inglés**. Madri, Fundamentos, 1971.

Aimé Dupuy: 1870/1871. **La Guerra, la Comune e la Stampa**. Roma, Samonà e Savelli, 1970.

Alain Plessis. **De la Fête Impériale au Mur des Fédéres**. Paris, Seuil, 1976.

Albert Fried e Ronald Sanders. Socialist Thought. A documentary history. Nova York, Garden City - Doubleday Anchor, 1964.

Annie Kriegel. **As Internacionais Operárias**. Amadora, Bertrand, 1974.

Angiolina Arru. **Clase y Partido en la I Internacional. El debate sobre la organización entre Marx, Bakunin y Blanqu**, 1871-1872. Madri, Comunicación, 1974.

Arthur Rosenberg. **Democracia e Socialismo. História política dos últimos 150 anos**. São Paulo, Global, 1986.

Edouard Dolléans. **Histoire du Mouvement Ouvrier**. Paris, Armand Colin, 1946, 3 v.

Élie Halévy. **Histoire du Socialisme Européen**. Paris, Gallimard, 1948.

Friedrich Engels. **Note sulla Guerra Franco-Prussiana del 1870/71**. Milão, Lotta Comunista, 1996.

Friedrich Engels. La **Guerra de los Campesinos en Alemania**. Buenos Aires, Claridad, 1971.

Friedrich Engels. **Revolução e Contra-Revolução na Alemanha.** Lisboa, Avante, 1981.

G. D. H. **Cole. Historia del Pensamiento Socialista**. México, Fondo de Cultura Económica, 1976, 7 v.

George Lichteim. **Breve Historia del Socialismo**. Madri, Alianza, 1979.

George Lichteim. **El Marxismo. Un estudio histórico y crítico**. Barcelona, Anagrama, 1964.

Georges Bourgin. **La Commune 1870-1871**. Paris, Les Éditions Nationales, 1939.

Georges Haupt. **L'Historien et le Mouvement Social**. Paris, François Maspéro, 1980.

Gian Mario Bravo. **Marx e la Prima Internazionale**. Bari, Laterza, 1979.

Jules Andrieu. **Notes pour Servir à l'Histoire de la Commune de Paris de 1871**. Paris, Payot, 1971.

Jules Vallès, Victor Hugo et al. **Crônicas da Comuna**. São Paulo, Ensaio, 1992.

Julius Braunthal. **Geschichte der Internationale**. Hannover, Dietz Verlag, 1961.

Jurgen Kuczynski. **Evolución de la Clase Obrera**. Madri, Guadarrama, 1976.

Karl Marx, Mikhail Bakunin et al. **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo, Xamã, 2003.

Karl Marx. **La Guerre Civile en France**. Paris, Éditions Sociales, 1953.

Leon Trotsky. **Terrorismo y Comunismo**. Madri, Júcar, 1977.

Max Nettlau**. La Anarquia a Través de los Tiempos**. Barcelona, sep, 1935.

Miklós Molnar. **El Declive de la Primera Internacional**. Madri, Edicusa, 1974.

Miklós Molnár. **Marx, Engels et la Politique** Internationale. Paris, Gallimard, 1975.

P. Luquet, A. Dunois et al. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

Patrick Kessel. **1871: la Commune et la Question Militaire (Cluseret-Rossel)**. Paris, UGE, 1971.

Predrag Vranicki. **Storia del Marxismo. Roma**, Editori Riuniti, 1973, 2 v.

Prosper-Olivier Lissagaray. **Histoire de la Commune de 1871**. Paris, François Maspéro, 1983.

Raoul Dubois. **A l'Assaut du Ciel**. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1991.

Roman Rosdolsky. **Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia**. México, Siglo XXI, 1980.

Victor Garcia. **La Internacional Obrera**. Madri, Júcar, 1978.

Vittorio Mancini. **La Comune di Parigi. Storia della prima revoluzione proletaria**. Milão, Savelli, 1975.

Wolfgang Abendroth. **História Social do Movimento Trabalhista Europeu**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

A proclamação da Comuna

Barricadas em Paris

[i] No Prefácio à edição de 1872 do *Manifesto*, Marx e Engels escreviam: "A Liga dos Comunistas, associação operária internacional que, nas circunstâncias de então, só podia evidentemente ser secreta, encarregou os abaixo-assinados, no Congresso que teve lugar em Londres em Novembro

de 1847, de redigir um programa detalhado, simultaneamente teórico e prático, do Partido, e destinado à publicação. Tal é a origem deste Manifesto, cujo manuscrito foi enviado para Londres, para ser impresso, algumas semanas antes da Revolução de Fevereiro. Publicado primeiro em alemão, houve nesta língua pelo menos doze edições diferentes na Alemanha, na Inglaterra e na América do Norte. Traduzido em inglês por Miss Helen Macfarlane, apareceu em 1850, em Londres, no *Red Republican*, e, em 1871, teve na América, pelo menos, três traduções inglesas. Apareceu em francês, pela primeira vez, em Paris, pouco tempo antes da insurreição de Junho de 1848, e, recentemente, em *Le Socialiste*, de Nova York".

[ii] Prevendo que "os democratas chegarão à dominação com o próximo movimento e serão forçados a propor medidas mais ou menos socialistas", a *Circular* recomendava: "Que medidas os operários devem propor? Estes não podem, naturalmente, propor medidas diretamente comunistas no começo do movimento. Mas podem: 1. Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.; 2. Têm de levar ao extremo as propostas dos democratas, que não se comportarão em todo o caso como revolucionários, mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada; por exemplo, se os pequeno-burgueses propuserem comprar os estradas de ferro e as fábricas, os operários têm de exigir que essas estradas de ferro e fábricas, como propriedade dos reacionários, sejam confiscadas simplesmente e sem indenização pelo Estado. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. As reivindicações dos operários terão, pois, de se orientar por toda a parte segundo as concessões e medidas dos democratas".

[iii] Nas lutas nacionais de meados do século XIX, Marx e Engels apoiaram a destruição dos impérios multinacionais e a constituição das grandes nacionalidades (Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Hungria e Polônia). Rejeitaram em bloco as aspirações nacionais dos povos eslavos do Império Austro-Húngaro e do Império Russo (com exceção da Polônia). Este posicionamento não foi confirmado pela história, em especial no caso da Tchecoslováquia, que conheceria um importante desenvolvimento capitalista e nacional. No mais importante trabalho crítico a respeito, Roman Rosdolsky sustentou que "essa concepção (que remonta a Hegel) era insustentável e estava em contradição com a concepção materialista da história que o próprio Engels contribuiu a criar, pois em vez de derivar a essência das lutas entre nacionalidades e dos movimentos nacionais das condições materiais de vida e das relações de classe (continuamente mudadas) dos povos, encontrava sua *ultima ratio* no conceito de 'viabilidade nacional', com ressonâncias metafísicas e que não explica absolutamente nada". Marx e Engels acreditavam que fosse rápido o ritmo histórico da passagem do período de conclusão da formação das nações para o período da sua unificação através da revolução socialista. Para Miklós Molnar, a posição inicial de Marx e Engels "repousava notadamente na teoria das grandes unidades nacionais, capazes de preencher um papel progressivo na história". Na segunda metade do século XIX, as posições marxistas penderam claramente na direção da luta pela independência das nações oprimidas, como no caso da Irlanda, ou na fundação da I Internacional, que fez da questão da independência da Polônia um divisor de águas e de princípios com a democracia burguesa e pequeno-burguesa, em nome do movimento operário.

[iv] Ferdinand Lassalle (1825–1864), nascido em Breslau, Alemanha (posteriormente anexada à Polônia com o nome de Wroclaw) foi organizador do movimento operário alemão, inspirado no socialismo, mas com um viés nacionalista, em contraste com o internacionalismo marxista. De personalidade irascível e contraditória, cursou a escola superior na sua cidade natal. Estudou comércio em Leipzig e regressou a Breslau, onde iniciou estudos de filosofia na Universidade de Breslau (1843), entrando em contato com as idéias socialistas. Mudou-se depois para Paris, a fim de preparar a tese de doutorado, onde conheceu Pierre-Joseph Proudhon e o poeta Heinrich Heine. O êxito como advogado, na defesa da condessa Hatzfeld num escandaloso processo de divórcio, proporcionou-lhe uma pensão anual que lhe permitiu viver sem preocupações financeiras. Teve participação ativa na revolução de 1848 em Düsseldorf, foi preso várias vezes, até se estabelecer em Berlim como jornalista político (1857). Sua participação no movimento revolucionário aproximou-o dos círculos socialistas e de Karl Marx.

Lassalle foi economista, agitador e grande orador; não adotou, porém, o socialismo de Marx. Partidário da unificação alemã e do sufrágio universal, em 1863 criou a *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* [Associação Geral dos Trabalhadores Alemães], mas, decepcionado, mudou-se para a Suíça, onde morreu em duelo, perto de Genebra. Foi considerado um precursor da social-democracia alemã. Defendia, no entanto, a colaboração de classes para a implementação de medidas socialistas, tendo colaborado com o chanceler prussiano, Otto von Bismarck. Lassalle advogava o estabelecimento de cooperativas de trabalhadores para a "recuperação" dos lucros. Na sua *Crítica do Programa de Gotha* (programa de inspiração lassalleana com o qual foi fundada a *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*) Marx disse que "Lassalle sabia de cor o *Manifesto Comunista*, da mesma forma que seus fiéis conhecem as Santas Escrituras de sua lavra. Se o falsificava tão grosseiramente era apenas para escamotear sua aliança com os adversários absolutistas e senhores feudais contra a burguesia". Lassalle foi autor de *Que é uma constituição?* e de outros textos de grande impacto na sua época.

[v] Lassalle combinava princípios de um socialismo vulgar (como o "direito dos trabalhadores ao produto íntegro de seu trabalho", o que significava eliminar todo fundo de acumulação, capitalista ou socialista) com manobras políticas em que seu antiliberalismo flertava com o absolutismo bismarckiano. Esta tara política do socialismo alemão já tinha provocado as iras de Marx contra o socialismo alemão (e contra o pensamento especulativo alemão, em geral), no *Manifesto Comunista*: "A literatura socialista e comunista de França, que nasceu sob o jugo de uma burguesia dominante e é a expressão literária da revolta contra esta dominação, foi introduzida na Alemanha no momento em que a burguesia começava a sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, semifilósofos e diletantes alemães lançaram-se avidamente sobre esta literatura, mas esqueceram que, com a importação da literatura francesa para a Alemanha não foram importadas, ao mesmo tempo, as condições sociais da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a sua significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário... Para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações da primeira Revolução Francesa não eram mais do que as reivindicações da "razão prática" em geral, e as manifestações da vontade da burguesia revolucionária de França não exprimiam aos seus olhos mais do que as leis da vontade pura, da vontade tal como deve ser, da vontade verdadeiramente humana. Todo o trabalho dos literatos alemães reduziu-se unicamente a pôr as novas idéias francesas de acordo com a sua velha consciência filosófica ou, mais exatamente, a assimilar as idéias francesas partindo do seu ponto de vista filosófico. E assimilaram-nas como se assimila em geral uma língua estrangeira: pela tradução... Os literatos alemães (...) deslizaram os seus absurdos filosóficos sob o original francês. Por exemplo, sob a crítica francesa das funções do dinheiro, escreviam "alienação da essência humana", sob a crítica francesa do Estado burguês, escreviam "abolição do reino do universal abstrato", e assim sucessivamente. A esta interpolação da sua fraseologia filosófica na crítica francesa deram o nome de "filosofia da ação", "socialismo verdadeiro", "ciência alemã do socialismo", "fundamentação filosófica do socialismo", etc. Desta maneira, foi completamente castrada a literatura socialista e comunista francesa. E, como nas mãos dos alemães deixava de ser a expressão da luta de uma classe contra outra, os alemães imaginaram que se tinham elevado muito acima da "estreiteza francesa" e felicitaram-se por ter defendido, em vez das verdadeiras necessidades, a necessidade da verdade, em vez dos interesses do proletariado, os interesses da essência humana, do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe nem a nenhuma realidade e que só existe no céu brumoso da fantasia filosófica. Este socialismo alemão, que tomava tão solenemente a sério os seus torpes exercícios de escola e que os lançava aos quatro ventos com tanto estrépito charlatanesco, foi perdendo a pouco e pouco a sua inocência pedante. A luta da burguesia alemã, e principalmente da burguesia prussiana, contra os senhores feudais e a monarquia absoluta, numa palavra, o movimento liberal, adquiria um caráter mais sério. O "verdadeiro" socialismo teve então a tão desejada ocasião de contrapor ao movimento político as reivindicações socialistas, de fulminar os anátemas tradicionais contra o liberalismo , contra o regime representativo, contra a concorrência burguesa, contra a liberdade burguesa de imprensa, contra o direito burguês, contra a liberdade e a igualdade burguesas e de pregar às massas populares que elas não tinham nada a ganhar, mas que, pelo contrário, perderiam tudo, neste movimento burguês. O socialismo alemão esqueceu, muito a propósito, que a crítica francesa, da qual era um simples eco insípido, pressupunha a sociedade burguesa moderna, com as correspondentes condições materiais de existência e uma Constituição Política apropriada, isto é, precisamente as premissas que, na Alemanha, se tratava ainda de conquistar. Para os governos absolutos da Alemanha, com o seu séquito de padres, de pedagogos, de fidalgos rústicos e de burocratas, este socialismo converteu-se no

espantalho desejado, contra a burguesia que se levantava, ameaçadora. Juntou sua hipocrisia adocicada às chicotadas e aos tiros com que estes mesmos governos responderam às rebeliões dos operários alemães".

[vi] Mikhail Bakunin, e antes dele Pierre Joseph Proudhon, ambos considerados como as matrizes ideológicas do anarquismo, conciliavam seu anti-estatismo com o nacionalismo (no caso de Bakunin, o pan-eslavismo) e até com um anti-semitismo visceral, que não renunciava (ao menos verbalmente) a qualquer meio para obter a erradicação dos judeus (identificados com o próprio capitalismo) da Europa. Seguramente é um exagero dizer, como o fez Isaiah Berlin, que ambos "anarquistas" eram um par de "mata-judeus" (embora Proudhon chegasse a propor a expulsão dos judeus da Europa para a Ásia). No seu texto *A Questão Judaica* (estupidamente interpretado até hoje como anti-semita) Marx tentou explicar (e compreender) as razões da sobrevivência do judaísmo, em contraposição à destruição de suas bases históricas materiais, contrapondo-se justamente ao anti-semitismo corrente na Europa de meados do século XIX (do qual eram "vítimas", para usar o mais suave dos termos, Bakunin e Proudhon). E, contra o pan-eslavismo bakuniniano, Marx se solidarizou com as reivindicações nacionais polonesas. Tal reconhecimento radicava, não apenas da experiência de organização de um Estado nacional anteriormente vivenciada pelos poloneses, mas também do impacto que a restauração do referido Estado provocaria sobre o «sistema de poder» europeu de então. A idéia da existência de uma «ordem mundial», que subordinava as situações nacionais, derivava-se diretamente do papel do mercado mundial na dinâmica do capitalismo: se o mercado mundial ao se limitava à soma das economias nacionais, a «ordem mundial» não consistia só nos acordos entre os diversos Estados nacionais. Em qualquer hipótese, teria sido impossível fundar um movimento internacional de trabalhadores em cima da salada ideológica semi-revolucionária e semi-reacionária bakuninista-proudhoniana. O depois chamado "anarquismo" resultou da seleção, por uma geração posterior de ativistas (incluída, por exemplo, a norte-americana Emma Goldmann, ela própria de origem judaica) de alguns dos temas desenvolvidos por Proudhon e Bakunin, que estavam longe de constituir uma doutrina coerente, característica que sim possuía a teoria marxista. O anarquismo atingiu enorme importância, na virada do século XIX para o século XX, nos países de Europa latina, sobretudo, e, através da grande imigração desse período, na América Latina e nos EUA. Nessas regiões, ele conservaria a hegemonia no movimento operário até a década de 1930, perdendo-a durante e depois da grande depressão econômica.

[vii] Louis-Auguste Blanqui (1805-1881) foi um teórico e revolucionário republicano socialista francês, associado aos socialistas utópicos. Jovem estudante ao tempo da Restauração, aderiu em 1824 à *Charbonnerie*, organização revolucionária que conspirava contra a monarquia dos Bourbons. Blanqui iniciou-se assim no mundo subterrâneo das sociedades secretas e das conspirações. Foi ferido em 1827 em manifestações de estudantes em Paris. Combateu o regime de Charles X, em julho de 1830, com as armas na mão. Foi condenado em 1832, como membro da *Sociedade dos Amigos do Povo*. Devia doravante passar uma grande parte da sua vida na prisão. Em 1836 foi líder da Sociedade das Famílias, que tinha fundado Barbès, e foi condenado a dois anos de prisão por fabricação de explosivos. Perdoado pela anistia de 1837, militou na Sociedade das Estações, e preparou a insurreição de 12 de maio de 1839 em Paris, que fracassou. Blanqui fugiu, mas, detido, foi condenado à morte em janeiro de 1840. A sua pena foi comutada em reclusão à vida, sendo perdoado em 1844. Chegado à Paris em 25 de fevereiro de 1848, fundou a Sociedade Republicana Central. Em 15 de maio tentou tomar o poder, foi detido e condenado a dez anos de prisão. Militou de novo contra o Segundo Império agrupando estudantes e trabalhadores; encarcerado, escapou e refugiou-se na Bélgica em 1865. Após a queda de Napoleão III, reapareceu em Paris em 1870 e criou um jornal, *La Patrie en Danger*, para apoiar a resistência de Gambetta contra os prussianos. Participou dos motins de outubro de 1870. Detido na véspera da Comuna, condenado à deportação, foi internado em Clairvaux em razão de sua idade. Eleito deputado em Bordeaux em abril de 1879, não pode assumir a cadeira, mas foi indultado e liberado em junho. Em 1880, lançou um jornal, "Nem Deus, nem Soberano", que dirigiu até sua morte. Seu principal livro, *Crítica Social*, de 1885, foi de publicação póstuma.

[viii] A chamada Associação Internacional dos Trabalhadores sobreviveu somente na sua dissidência anarquista, que se considera como herdeira da que foi fundada em Londres, em 1864. A sua existência hoje é principalmente simbólica.